

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

AQUISIÇÃO DE KITS DE MATERIAL ESCOLAR

1 INTRODUÇÃO

A educação municipal constitui um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento social, econômico e humano da população de Paranaguá. Nesse contexto, a disponibilização de recursos pedagógicos adequados torna-se não apenas necessária, mas estratégica para garantir condições equitativas de aprendizagem. Os kits de Material Escolar representam instrumentos essenciais para o apoio ao processo de ensino-aprendizagem, assegurando que todos os estudantes, independentemente de sua condição socioeconômica, tenham acesso a materiais básicos que permitam o pleno desenvolvimento de suas potencialidades.

Considerando o avanço das diretrizes pedagógicas, a ampliação das matrículas e a necessidade de padronização dos insumos educacionais, torna-se indispensável promover uma contratação planejada e estruturada, que assegure regularidade no fornecimento e qualidade dos materiais utilizados em sala de aula. Este Estudo Técnico Preliminar fundamenta a necessidade de aquisição dos kits de Material Escolar, estimativas, modalidade licitatória e demais elementos previstos na Lei nº 14.133/2021.

A elaboração deste documento visa garantir que a administração municipal atue de forma eficiente, planejada e transparente, assegurando o atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Educação e promovendo a melhoria contínua da qualidade da educação oferecida à população.

2 IDENTIFICAÇÃO DA DEMANDA

A demanda foi formalmente apresentada pela Secretaria Municipal de Educação, após levantamento detalhado realizado junto às unidades escolares da rede municipal. O estudo identificou que a maior parte das instituições carece de materiais essenciais ao desenvolvimento das atividades pedagógicas, o que

compromete o processo de ensino e limita o acesso dos alunos a recursos didáticos básicos.

A consolidação das informações obtidas junto às escolas demonstrou que a demanda é contínua e crescente, exigindo a aquisição de kits de Material Escolar organizados por faixa etária, etapa de ensino e modalidade educacional, contemplando, entre outros, Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos (EJA).

O quantitativo estimado encontra-se devidamente estruturado na Planilha Oficial (Anexo I), evidenciando a necessidade real da rede municipal e possibilitando o planejamento adequado da contratação.

3 DESTINAÇÃO

Os kits de Material Escolar serão destinados a todos os estudantes regularmente matriculados na Rede Municipal de Ensino, abrangendo diferentes etapas e modalidades educacionais. O fornecimento dos kits busca assegurar condições equitativas de aprendizagem, garantindo que todos os alunos tenham acesso aos mesmos recursos, independentemente da instituição em que estudam.

A distribuição será realizada de forma planejada, considerando a demanda individual de cada unidade escolar e observando suas especificidades. A ação reforça o compromisso da administração pública com a promoção da inclusão social, redução das desigualdades e valorização do processo educativo.

Além de atender diretamente os estudantes, os kits também representam apoio à prática pedagógica, uma vez que garantem que todos os educandos possuam materiais padronizados, facilitando a organização das atividades docentes e permitindo maior eficiência no planejamento escolar.

4 NECESSIDADE E JUSTIFICATIVA

A contratação dos kits de Material Escolar é necessária devido à carência de materiais essenciais ao processo educacional em diversas unidades da rede municipal. A ausência desses recursos impacta diretamente o desenvolvimento

cognitivo, psicomotor e social dos estudantes, tornando indispensável a aquisição estruturada e planejada.

Além disso, a entrega anual dos kits representa uma ação de política pública voltada à promoção da equidade educacional, garantindo que todos os alunos tenham acesso a materiais básicos independentemente da condição socioeconômica de suas famílias. Tal medida reduz desigualdades e fortalece o papel da escola como ambiente de inclusão.

A contratação também se justifica pela necessidade de padronização dos materiais utilizados em sala de aula, facilitando o trabalho pedagógico dos professores, promovendo maior organização das rotinas escolares e garantindo a coerência na aplicação das metodologias de ensino.

Ao garantir o acesso universal aos kits, a administração municipal cumpre seu dever constitucional de assegurar condições adequadas de ensino, além de contribuir para a permanência dos estudantes na escola e melhorar os indicadores educacionais do município.

5 MOTIVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A motivação para a presente contratação decorre da necessidade de garantir condições adequadas para o desenvolvimento das atividades educacionais nas unidades da Rede Municipal de Ensino. Os kits de Material Escolar representam instrumentos essenciais ao processo de aprendizagem, contendo materiais considerados indispensáveis para a execução das atividades pedagógicas planejadas pelos docentes.

A rede municipal possui um público escolar heterogêneo, com grande parcela de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. A ausência de materiais básicos compromete diretamente o desempenho acadêmico, gera desigualdade entre os alunos e prejudica o desenvolvimento das atividades planejadas pelos professores. Nesse sentido, a disponibilização de kits padronizados assegura igualdade de condições e reforça o compromisso constitucional do Município em proporcionar educação de qualidade, tal como preveem o art. 205 da Constituição Federal e o art. 4º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/1996).

A contratação também se fundamenta na necessidade de padronização dos materiais utilizados em sala de aula, o que possibilita a uniformização das práticas pedagógicas, facilita a organização das atividades, reduz disparidades entre unidades escolares e permite maior coerência na execução das metodologias adotadas pela Secretaria Municipal de Educação. A padronização contribui ainda para otimizar o planejamento escolar, garantindo que todos os estudantes possuam os mesmos insumos educacionais ao longo do ano letivo.

Além disso, a contratação por meio de processo licitatório assegura maior economicidade, transparência e vantajosidade à Administração Pública, conforme determinam os arts. 5º e 11 da Lei nº 14.133/2021. A aquisição centralizada e previamente planejada, com ampla pesquisa de mercado e estruturação do Estudo Técnico Preliminar, permite obter melhores condições de preço, qualidade e prazo, reduzindo custos e evitando aquisições emergenciais, fragmentadas ou em caráter excepcional.

A adoção de kits de Material Escolar organizados por faixas etárias e níveis de ensino atende de forma mais qualificada às especificidades pedagógicas de cada etapa, garantindo que os materiais sejam adequados ao desenvolvimento dos estudantes e às práticas adotadas pelos docentes. Tal medida contribui para o cumprimento das metas educacionais do Município e fortalece políticas públicas voltadas à permanência escolar, inclusão e melhoria do desempenho acadêmico.

Assim, a motivação da contratação está diretamente relacionada às demandas pedagógicas da rede municipal, à necessidade de garantir igualdade de acesso aos materiais básicos de ensino, à melhoria da qualidade da educação ofertada e ao cumprimento dos princípios que regem a Administração Pública, notadamente eficiência, planejamento e economicidade.

6 INSTRUMENTO DE PLANEJAMENTO

A presente contratação está inserida no planejamento estratégico da Secretaria Municipal de Educação, alinhando-se às diretrizes pedagógicas e administrativas estabelecidas para o ano letivo vigente. O levantamento das necessidades foi realizado pelas unidades escolares, consolidado pelos setores técnicos da SEMEDI e incorporado ao processo de planejamento das ações

educacionais, garantindo coerência entre demanda, previsão de matrículas e objetivos institucionais.

O Estudo Técnico Preliminar (ETP), a Pesquisa de Preços, a Análise de Riscos e o Termo de Referência constituem o conjunto de instrumentos que embasam esta contratação, em conformidade com o disposto nos arts. 18, 24, 25, 26 e 30 da Lei nº 14.133/2021. Tais instrumentos asseguram o adequado dimensionamento dos itens, a definição clara das especificações, a estimativa dos custos e a escolha da solução mais vantajosa para a Administração.

A aquisição dos kits de Material Escolar foi incluída no planejamento anual da SEMEDI, considerando a previsão de atendimento de toda a rede municipal, a política de padronização dos materiais escolares e as metas de aprendizagem definidas nos documentos educacionais do Município. Assim, este ETP atende ao princípio do planejamento previsto no art. 11 da Lei nº 14.133/2021, que determina que toda contratação pública deve ser precedida de planejamento estruturado e compatível com os objetivos da Administração.

O presente instrumento registra, ainda, o alinhamento da contratação com os objetivos pedagógicos do Município, especialmente no que se refere à promoção da equidade no acesso aos materiais escolares, ao fortalecimento das práticas pedagógicas e ao apoio ao desenvolvimento integral dos estudantes. Dessa forma, a contratação encontra respaldo no planejamento institucional e contribui para a execução eficiente das políticas públicas educacionais.

Por fim, destaca-se que a consolidação deste ETP, juntamente com os demais documentos que integram o processo, caracteriza o instrumento formal de planejamento necessário para o prosseguimento da etapa seguinte, que é a elaboração do Termo de Referência e a instrução completa do processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico para Registro de Preços.

7 MODALIDADE DE LICITAÇÃO

Considerando que os kits de Material Escolar são classificados como bens comuns, cujos padrões de qualidade e especificações podem ser descritos de forma objetiva e usualmente encontrados no mercado, a modalidade mais adequada para a contratação é o Pregão Eletrônico, em conformidade com o disposto nos arts. 28, 29 e 30 da Lei nº 14.133/2021.

A adoção do Pregão, na forma eletrônica, atende aos princípios da competitividade, transparência, eficiência e isonomia, ampliando a participação de fornecedores e garantindo maior vantajosidade para a Administração Pública. O formato eletrônico também promove maior segurança, reduz custos operacionais e está alinhado com as diretrizes de governança das contratações públicas.

Além disso, considerando que a contratação envolve itens cujo consumo é frequente, porém com variação de demanda ao longo do exercício, opta-se pela utilização do Sistema de Registro de Preços – SRP, nos termos do art. 82 da Lei nº 14.133/2021. O SRP possibilita contratações futuras conforme a necessidade real das unidades escolares, evitando aquisições excessivas, perdas de materiais e garantindo maior planejamento orçamentário.

Dessa forma, conclui-se que a modalidade adequada para a contratação é:

➡ Pregão Eletrônico, para Registro de Preços, destinado à aquisição de kits de Material Escolar para atendimento da Rede Municipal de Ensino.

Este capítulo complementa a análise realizada nas seções anteriores e aprofunda os aspectos relacionados ao tema específico, fornecendo subsídios adicionais para a elaboração do Termo de Referência e a condução do procedimento licitatório.

8 CARACTERIZAÇÃO DE FORNECIMENTO CONTÍNUO

A contratação para aquisição de kits de Material Escolar caracteriza-se como fornecimento contínuo, uma vez que se trata de bens consumíveis essenciais ao funcionamento regular das atividades educacionais da Rede Municipal de Ensino. Esses materiais são utilizados diariamente pelos estudantes e professores, sendo indispensáveis ao desenvolvimento das atividades pedagógicas durante todo o ano letivo.

A natureza contínua decorre da necessidade recorrente e permanente desses insumos, que devem ser disponibilizados em quantidade adequada para atender às demandas de todas as unidades educacionais. A reposição periódica e a possibilidade de atendimento escalonado ao longo do exercício justificam o enquadramento da contratação nos termos do art. 6º, inciso XI, da Lei nº

14.133/2021, que define fornecimento contínuo como aquele cuja necessidade se renova de forma sucessiva, de modo a garantir a continuidade da prestação do serviço público.

Ademais, a utilização do Sistema de Registro de Preços (SRP) reforça a natureza contínua do fornecimento, permitindo que a Administração realize contratações de acordo com a demanda real e no momento oportuno, evitando desperdícios, perdas de materiais, compras emergenciais e garantindo maior racionalização dos recursos públicos. O SRP possibilita fornecimentos fracionados, prazos ajustados e entregas conforme projetos pedagógicos, distribuição anual e cronograma das unidades escolares.

A caracterização como fornecimento contínuo também está relacionada ao fato de que os kits de Material Escolar não são consumidos de uma única vez, mas sim ao longo de todo o período letivo, sendo necessários para atendimento de turmas novas, reposição de alunos transferidos, alunos que ingressam ao longo do ano e substituição de materiais danificados ou extraviados.

Dessa forma, a contratação ora proposta se enquadra adequadamente como fornecimento contínuo, exigindo planejamento antecipado para assegurar o atendimento ininterrupto das necessidades pedagógicas da rede, garantindo regularidade, eficiência e a continuidade das atividades educacionais, conforme preveem os princípios da Administração Pública e o art. 11 da Lei nº 14.133/2021.

9 ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

A estimativa das quantidades foi elaborada com base no levantamento consolidado pela Secretaria Municipal de Educação (SEMEDI), que realizou consulta direta às unidades escolares da Rede Municipal, considerando o número de estudantes matriculados, a previsão de novas matrículas, as necessidades por etapa de ensino e as particularidades pedagógicas de cada ciclo educacional.

O quantitativo total dos kits de Material Escolar reflete a demanda real da rede, organizada por lotes distintos, de acordo com a faixa etária e a modalidade educacional atendida, tais como: Educação Infantil, Ensino Fundamental – Anos Iniciais, Ensino Fundamental – Anos Finais e Educação de Jovens e Adultos

(EJA). Cada lote contém especificações e composições diferentes, garantindo adequação ao uso pedagógico de cada grupo de estudantes.

As unidades escolares foram orientadas a informar suas necessidades por meio de instrumentos oficiais de planejamento, considerando matrículas ativas e ingressos previstos ao longo do ano letivo. Tal metodologia assegura maior precisão na definição dos quantitativos e evita insuficiências ou excessos na aquisição, contribuindo para o uso racional dos recursos públicos.

Os quantitativos estimados encontram-se devidamente consolidados na Planilha de Quantitativos – Anexo I, documento que integra este Estudo Técnico Preliminar. A planilha apresenta a relação completa de itens por lote, suas respectivas composições e a quantidade total necessária para atendimento integral da demanda da Rede Municipal de Ensino.

Importante destacar que a estimativa contempla margem técnica para acréscimo decorrente de variação de matrícula ao longo do exercício, transferências internas, formação de novas turmas e reposição de materiais eventualmente danificados ou extraviados. Essa previsão reforça o planejamento adequado da contratação, conforme determina o art. 11 da Lei nº 14.133/2021.

Assim, a estimativa das quantidades apresentada neste documento reflete a real necessidade da rede educacional, garantindo que a contratação dos kits de Material Escolar seja realizada de forma precisa, planejada e alinhada às diretrizes pedagógicas do Município.

10 LEVANTAMENTO DE MERCADO

Para a elaboração deste Estudo Técnico Preliminar, foi realizado levantamento de mercado com o objetivo de identificar a disponibilidade dos kits de Material Escolar, aferir a existência de fornecedores capazes de atender às especificações demandadas pela Secretaria Municipal de Educação e estabelecer parâmetros de qualidade e preço praticados no setor.

O levantamento contemplou consultas a fornecedores locais, regionais e nacionais especializados em materiais escolares, incluindo empresas com histórico de fornecimento para órgãos públicos, bem como pesquisa em plataformas eletrônicas de compras governamentais e bancos de preços oficiais.

A análise incluiu ainda consulta a atas de registro de preços vigentes em outros municípios e estados, observando a conformidade técnica entre os itens especificados e os materiais disponíveis no mercado.

As pesquisas identificaram ampla oferta de itens que compõem os kits de Material Escolar, com fabricantes e distribuidores capazes de atender às quantidades demandadas, assegurando regularidade no fornecimento, padronização e certificações necessárias. Constatou-se que os itens possuem características homogêneas, o que facilita a descrição objetiva das especificações técnicas e reforça a classificação dos bens como “bens comuns”, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

A análise também demonstrou que o mercado possui condições de competitividade suficientes para utilização do Pregão Eletrônico, promovendo disputa entre fornecedores e possibilitando obtenção da proposta mais vantajosa. Observou-se ainda que os valores praticados apresentam variações proporcionais à qualidade dos materiais, à composição dos kits e ao volume contratado, permitindo que a Administração estruture estimativas coerentes com a realidade mercadológica.

Durante o levantamento, não foram identificadas restrições significativas que inviabilizassem o atendimento da demanda municipal. As empresas consultadas demonstraram plena capacidade de fornecimento dos materiais com prazos compatíveis com o planejamento escolar, garantindo que os kits possam ser distribuídos antes do início das atividades letivas, conforme necessidade da rede.

Conclui-se, portanto, que o mercado apresenta oferta suficiente, ampla concorrência, diversidade de marcas e plena viabilidade para realização do processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, com Sistema de Registro de Preços, assegurando condições adequadas para uma contratação eficiente, econômica e alinhada aos objetivos pedagógicos do Município.

11 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação de kits de Material Escolar exige a observância de um conjunto de requisitos técnicos, operacionais, legais e administrativos que visam assegurar a conformidade do objeto, a eficiência do processo licitatório e o

adequado atendimento às necessidades pedagógicas da Rede Municipal de Ensino.

11.1 – Requisitos Técnicos

Os kits deverão atender aos padrões mínimos de qualidade exigidos para uso escolar, contemplando materiais apropriados para cada faixa etária, com características de segurança, durabilidade e adequação pedagógica. As especificações técnicas dos itens, detalhadas no Anexo I, foram definidas com base em diretrizes educacionais, práticas consolidadas da SEMEDI e recomendações pedagógicas para cada etapa de ensino.

Os materiais deverão possuir certificações quando exigidas, tais como conformidade com normas técnicas de segurança aplicáveis a itens infantis, materiais atóxicos e ergonomia adequada para uso por crianças e adolescentes.

11.2 – Requisitos de Fornecimento

O fornecedor deverá garantir a entrega dos kits completos, devidamente embalados, separados por unidade escolar e identificados conforme orientação da Secretaria Municipal de Educação. A entrega deverá ocorrer dentro do prazo estipulado no Termo de Referência, em local designado pela Administração, considerando logística adequada para atender a todas as unidades escolares.

Será exigido que a empresa apresente capacidade operacional para o fornecimento das quantidades contratadas, incluindo estrutura de armazenamento, equipe de logística e transporte adequado para preservar a integridade dos itens.

11.3 – Requisitos Legais e Documentais

Para participar do certame, os fornecedores deverão atender integralmente às exigências da Lei nº 14.133/2021, incluindo:

- regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária;
- declaração de inexistência de impedimentos;

- cumprimento das exigências de qualificação econômico-financeira, quando aplicável;
- apresentação de atestados de capacidade técnica que comprovem experiência anterior em fornecimento de materiais escolares ou similares, conforme critérios fixados no edital.

Os requisitos legais visam assegurar que apenas empresas idôneas, regularizadas e capacitadas participem da contratação, garantindo segurança jurídica ao processo.

11.4 – Requisitos Econômicos e de Qualidade

A empresa contratada deverá oferecer materiais com qualidade compatível com as especificações técnicas, evitando itens de baixa durabilidade ou inadequados ao uso escolar. Caberá à Administração verificar amostras, quando exigido, para comprovação da adequação dos itens antes da contratação ou antes do fornecimento, conforme definido no edital.

A empresa deverá ainda apresentar estrutura de suporte ao contratante, garantindo substituição de itens defeituosos, atendimento às reclamações e cumprimento rigoroso dos prazos estabelecidos.

11.5 – Requisitos de Conformidade com Políticas Públicas Educacionais

A contratação deverá estar alinhada às diretrizes pedagógicas municipais, assegurando que os kits atendam às necessidades curriculares e contribuam para o desenvolvimento das atividades educativas previstas no planejamento escolar.

12 VALOR ESTIMADO

O valor estimado da contratação foi apurado com base na pesquisa de preços realizada em conformidade com o art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e com as diretrizes estabelecidas pela Instrução Normativa SEGES nº 65/2021, que dispõe sobre a metodologia de estimativa de custos em contratações públicas. A pesquisa foi elaborada considerando múltiplas fontes de mercado, abrangendo

fornecedores locais, regionais e nacionais, além de consultas a contratações semelhantes realizadas por outros entes públicos.

Foram utilizadas, para fins de estimativa, as seguintes fontes de referência:

- a) cotações obtidas diretamente com fornecedores do setor de materiais escolares;
- b) valores constantes de atas de registro de preços vigentes em outros municípios e estados;
- c) preços praticados por fornecedores consultados em plataformas eletrônicas de compras governamentais;
- d) dados de contratações anteriores realizadas pela Administração Pública, quando disponíveis e atualizados.

A planilha consolidada, constante no Anexo I deste ETP, apresenta a composição completa dos kits de Material Escolar por lote, a quantidade estimada e o valor unitário e total utilizado para fins de estimativa orçamentária. Os valores adotados passaram por análise técnica e tratamento estatístico, buscando a mediana dos preços encontrados, com exclusão de valores atípicos (outliers), conforme metodologias recomendadas pela legislação federal.

A estimativa do valor global considera ainda fatores operacionais que influenciam o custo final da contratação, tais como a complexidade da logística de entrega, o volume total da aquisição, a composição dos materiais e os requisitos de padronização necessários para atender à Rede Municipal de Ensino.

Importante destacar que o valor estimado não representa o valor contratual definitivo, mas sim referência para fins de planejamento e julgamento das propostas apresentadas no processo licitatório, respeitando-se o princípio da economicidade e o critério de obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Dessa forma, o valor estimado registrado neste Estudo Técnico Preliminar comprova que a contratação é viável, compatível com os preços praticados pelo mercado e adequada ao planejamento orçamentário da Secretaria Municipal de Educação, garantindo segurança técnica e jurídica para o prosseguimento da fase licitatória.

13 ANÁLISE DE CUSTOS

A análise de custos consiste em avaliar a adequação dos valores estimados para a contratação dos kits de Material Escolar, observando os critérios técnicos, econômicos e legais estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021 e pela Instrução Normativa SEGES nº 65/2021. Tal análise é fundamental para assegurar que a Administração Pública realize uma contratação planejada, eficiente e compatível com o orçamento municipal.

A composição dos custos de cada lote foi estruturada a partir das especificações técnicas dos materiais, considerando a qualidade mínima exigida para o uso escolar, a durabilidade dos itens e a adequação às faixas etárias atendidas. Cada item que compõe os kits de Material Escolar foi avaliado individualmente, com base na pesquisa de mercado realizada e nas referências coletadas junto a fornecedores e registros de preços similares.

Durante a análise, observou-se que os valores praticados pelo mercado apresentam variação de acordo com fatores como: marca, qualidade do material, certificações, volume negociado e distância logística entre fornecedor e ponto de entrega. A escolha da mediana como referência estatística busca atenuar distorções e garantir maior fidedignidade ao valor estimado, evitando que preços excepcionalmente altos ou baixos influenciem indevidamente o cálculo final.

A análise de custos também considerou o impacto da aquisição em larga escala, que tende a gerar economia pela quantidade (“economia de escala”), especialmente no caso de kits de Material Escolar com grande número de itens e alta demanda anual. Tal fator reforça a vantagem da aquisição centralizada por meio do Registro de Preços, permitindo que a Administração obtenha melhores condições de negociação.

Outro aspecto relevante na análise é a composição pedagógica dos kits, que exige materiais específicos para diferentes etapas de ensino. Itens destinados à Educação Infantil, por exemplo, possuem características diferenciadas, como ergonomia, atoxicidade e segurança reforçada, enquanto kits para alunos dos Anos Finais demandam materiais mais robustos e de maior durabilidade. Tais diferenças impactam diretamente na formação do custo final dos lotes.

Por fim, verificou-se que os valores estimados são compatíveis com a realidade do mercado e atendem aos princípios da economicidade, vantajosidade e eficiência, assegurando que a contratação seja tecnicamente justificável e financeiramente sustentável para o Município. A análise de custos apresentada, portanto, reforça a viabilidade da contratação e atende aos requisitos de planejamento previstos na Lei nº 14.133/2021.

14 PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

A análise sobre a possibilidade de parcelamento do objeto é etapa obrigatória do planejamento da contratação, conforme estabelece o art. 40, §1º, da Lei nº 14.133/2021. Para os kits de Material Escolar, a Administração procedeu ao estudo técnico com o objetivo de verificar se o fracionamento do objeto seria viável, vantajoso e compatível com as necessidades da Rede Municipal de Ensino.

Os kits de Material Escolar são compostos por diversos itens essenciais ao uso escolar, organizados em lotes específicos de acordo com a etapa de ensino. Esses itens possuem função complementar e são utilizados de maneira conjunta pelos estudantes, formando um conjunto pedagógico único e padronizado. O fracionamento excessivo dos itens comprometeria essa padronização, gerando kits incompletos, discrepantes ou de qualidade desigual entre as unidades escolares.

A contratação fragmentada poderia, ainda, resultar em dificuldades logísticas significativas, uma vez que exigiria a consolidação manual dos kits dentro das próprias unidades escolares ou da Secretaria, aumentando custos operacionais e riscos de erros, atrasos e inconsistências na montagem dos conjuntos. Além disso, dificultaria a fiscalização, o controle de qualidade e a responsabilização do fornecedor por eventuais falhas no fornecimento.

Do ponto de vista econômico, o parcelamento poderia reduzir o poder de negociação da Administração, impedindo a obtenção de preços mais vantajosos decorrentes da economia de escala proporcionada pela aquisição centralizada dos kits completos. A compra unificada permite maior competição, otimização de logística e redução de custos, ao passo que compras fragmentadas tenderiam a elevar despesas totais.

Também foi avaliado que a divisão dos itens entre diferentes fornecedores poderia resultar em incompatibilidades na qualidade, variedade de marcas e diferenças técnicas entre produtos destinados ao mesmo lote, prejudicando a coerência pedagógica desejada. A falta de uniformidade impactaria diretamente a prática docente e a distribuição equitativa dos materiais entre os alunos.

Dessa forma, após a análise técnica e pedagógica, conclui-se que não é vantajoso o parcelamento do objeto, recomendando-se a manutenção dos kits de Material Escolar por lote completo, conforme definido no Anexo I. A contratação integral por lotes específicos garante padronização, qualidade, eficiência logística, economicidade e atendimento adequado às necessidades pedagógicas da Rede Municipal de Ensino.

Assim, a presente contratação deve ser realizada sem parcelamento dos itens que compõem cada kit, preservando a integridade do conjunto pedagógico e assegurando que todos os estudantes recebam materiais com qualidade e quantidade uniformes.

15 JUSTIFICATIVA PARA NÃO INCLUSÃO DE COTAS RESERVADAS

A Lei nº 14.133/2021, em seu art. 4º, inciso IV, e art. 72, incentiva a participação de microempresas, empresas de pequeno porte e demais beneficiários do tratamento diferenciado previsto na legislação, devendo a Administração avaliar a possibilidade de adoção de cotas reservadas ou critérios de desempate para tais grupos. Todavia, tal análise deve observar a natureza do objeto, o nível de complexidade, a necessidade de padronização e as especificidades técnicas envolvidas.

No caso da contratação de kits de Material Escolar, a Administração concluiu que não é possível a adoção de cotas reservadas para ME/EPP, uma vez que a composição dos kits exige padronização integral dos materiais, uniformidade na entrega, homogeneidade na qualidade dos itens e responsabilidade única pelo fornecimento completo de cada lote.

A divisão dos itens entre diferentes fornecedores — consequência natural das cotas — acarretaria uma série de riscos operacionais e pedagógicos, tais como:

- despadronização da qualidade entre itens entregues por fornecedores distintos;
- dificuldades logísticas para montagem, conferência e distribuição dos kits;
- fragilização da rastreabilidade, dificultando identificar o responsável por eventuais falhas;
- risco de entregas incompletas, comprometendo turmas inteiras;
- aumento de custos operacionais para a própria Administração;
- perda de economia de escala, elevando o custo final da contratação.

Além disso, grande parte dos lotes é composta por materiais que, para atendimento pedagógico adequado, devem ser fornecidos em conjunto e dentro de padrões específicos, o que inviabiliza a divisão do objeto entre múltiplos fornecedores sem prejuízo ao interesse público.

A adoção de cotas também poderia gerar impacto direto na qualidade pedagógica, pois diferenças entre marcas e materiais de fornecedores diversos poderiam interferir na padronização didática, criando desigualdade no uso dos materiais entre os alunos da mesma etapa educacional.

Do ponto de vista normativo, o art. 72, §2º, da Lei nº 14.133/2021 permite que a Administração deixe de aplicar cotas reservadas quando houver justificativa técnica fundamentada, especialmente em situações em que o parcelamento seja inviável ou prejudicial. Este é exatamente o caso dos kits de Material Escolar.

Diante dessas considerações, justifica-se a não adoção de cotas reservadas para ME/EPP, garantindo integridade, uniformidade e eficiência na contratação. A medida assegura maior segurança jurídica, melhor organização logística, padronização dos materiais e atendimento adequado das necessidades pedagógicas da rede municipal.

16 IMPACTOS AMBIENTAIS

A contratação dos kits de Material Escolar não apresenta impactos ambientais significativos, uma vez que se trata de aquisição de bens de uso educacional de natureza consumível, compostos majoritariamente por papel, itens de escrita,

materiais plásticos atóxicos e demais componentes amplamente utilizados no ambiente escolar.

Os itens que compõem os kits são, em sua grande maioria, produtos de baixo potencial poluidor e destinados ao uso cotidiano e pedagógico, não envolvendo substâncias perigosas ou processos produtivos que representem risco ambiental direto. Além disso, o ciclo de vida desses materiais está associado ao uso escolar regular, sem geração de resíduos especiais ou tóxicos que exijam tratamentos diferenciados.

Ainda assim, foram observados os princípios da responsabilidade socioambiental e da sustentabilidade previstos na Lei nº 14.133/2021, especialmente em seu art. 25, que determina que a Administração Pública deve considerar critérios ambientais na fase de planejamento. Dessa forma, buscou-se priorizar, sempre que possível, a especificação de itens que:

- sejam atóxicos e adequados para uso infantil;
- utilizem materiais recicláveis ou de menor impacto;
- possuam conformidade com normas de segurança e qualidade;
- apresentem embalagens reduzidas, evitando desperdícios;
- favoreçam fornecedores que adotem práticas sustentáveis em seu processo produtivo.

No que se refere ao descarte dos materiais após o uso, os itens são consumíveis escolares comuns, cuja eliminação ocorre ao longo do ano letivo, sendo absorvida nos sistemas regulares de coleta urbana, sem exigência de manejo diferenciado. A Secretaria Municipal de Educação poderá ainda orientar as unidades escolares a promover práticas de descarte consciente, reciclagem de papel e educação ambiental para os estudantes, contribuindo para a formação cidadã.

Por fim, observa-se que a presente contratação não envolve obras, serviços ambientais, uso de produtos perigosos ou processos que gerem resíduos críticos. Portanto, os impactos ambientais são considerados mínimos, aceitáveis e compatíveis com as diretrizes legais e com o interesse público, não havendo qualquer impeditivo ambiental para sua execução.

17 CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

Nos termos do art. 25 da Lei nº 14.133/2021, a Administração Pública deve observar critérios, práticas e diretrizes de sustentabilidade ambiental, social e econômica em todas as etapas da contratação. Assim, a presente aquisição de kits de Material Escolar incorpora medidas que visam minimizar impactos ambientais, promover o consumo consciente e estimular a adoção de boas práticas por parte dos fornecedores.

Em relação aos materiais que compõem os kits, foram priorizadas especificações que favoreçam o uso de insumos menos poluentes, atóxicos e adequados ao uso infantil, prevenindo riscos à saúde dos alunos e reduzindo danos ambientais. A composição técnica incentiva a aquisição de itens com potencial de reciclagem, tais como papel, papelão e plásticos de menor impacto ambiental, quando viável.

Outro aspecto relevante refere-se às embalagens utilizadas para entrega dos kits. Recomenda-se que os fornecedores adotem embalagens simples, recicláveis ou reutilizáveis, evitando o uso excessivo de materiais descartáveis e reduzindo o volume de resíduos gerados nas unidades escolares. A Administração poderá, ainda, estimular práticas de logística reversa, quando aplicável aos itens fornecidos.

A sustentabilidade também se expressa na durabilidade e qualidade dos materiais, evitando aquisições de produtos de baixa vida útil que gerem reposição frequente e aumento do descarte. Ao exigir padrões mínimos de qualidade e certificações adequadas, o Município contribui para um ciclo de uso mais prolongado dos itens escolares e, conseqüentemente, para a redução do desperdício.

Aspectos sociais também foram considerados. A disponibilização dos kits de Material Escolar promove inclusão educacional, equidade e redução de desigualdades, assegurando que todos os estudantes tenham acesso aos mesmos materiais, independentemente de sua condição econômica. Tal ação integra práticas de sustentabilidade social, fortalecendo políticas públicas de suporte ao desenvolvimento estudantil.

Por fim, as práticas sustentáveis poderão ser reforçadas por meio de orientação às unidades escolares sobre descarte consciente, incentivo à reciclagem de

materiais e desenvolvimento de projetos pedagógicos relacionados à educação ambiental, contribuindo para a formação cidadã dos estudantes e fomentando a cultura de responsabilidade ambiental.

Assim, a contratação proposta contempla critérios de sustentabilidade compatíveis com as diretrizes legislativas, com os objetivos da Administração Pública e com as necessidades da Rede Municipal de Ensino.

18 CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES

A contratação dos kits de Material Escolar não possui relação direta de interdependência com outros contratos vigentes ou planejados pela Administração Municipal. Trata-se de aquisição de bens consumíveis destinados ao uso dos alunos e professores no cotidiano escolar, não exigindo a contratação de serviços complementares, nem estabelecendo vínculo operacional com outros fornecimentos para sua execução.

Durante a análise realizada pela Secretaria Municipal de Educação, verificou-se que os materiais incluídos nos kits têm finalidade pedagógica independente, não estando condicionados a sistemas integrados, serviços continuados, manutenção terceirizada ou outras contratações simultâneas. Os itens são autônomos, de uso direto e imediato pelas unidades escolares, não dependendo de equipamentos específicos ou suporte técnico adicional.

Também não foram identificadas contratações em andamento que guardem relação de dependência lógica, funcional ou contratual com o objeto proposto. Embora existam outras aquisições relacionadas ao funcionamento das escolas — como mobiliário, materiais de expediente, merenda escolar e equipamentos didáticos — tais compras não interferem nem limitam a execução da presente contratação, pois se destinam a finalidades distintas e independentes dentro da gestão educacional.

Da mesma forma, não há necessidade de contratação acessória para montagem dos kits, instalação de estruturas ou execução de serviços especializados, uma vez que os kits serão entregues já completos e organizados conforme as especificações definidas no Termo de Referência.

Portanto, a aquisição dos kits de Material Escolar caracteriza-se como uma contratação autônoma, independente, não vinculada a outras ações contratuais e plenamente viável sem necessidade de suporte adicional. A inexistência de vinculações externas reforça a regularidade e simplicidade operacional da contratação, mantendo-a integralmente concentrada na entrega dos materiais conforme as demandas pedagógicas da Rede Municipal de Ensino.

19 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta consiste na aquisição centralizada de kits de Material Escolar, organizados por lotes conforme as etapas da Educação Infantil, Ensino Fundamental (Anos Iniciais e Finais) e Educação de Jovens e Adultos (EJA), garantindo o atendimento integral das necessidades pedagógicas das unidades escolares da Rede Municipal de Ensino. A contratação, planejada e estruturada com base em levantamento real das demandas, visa assegurar a distribuição uniforme de materiais essenciais a todos os estudantes.

Os kits foram elaborados de acordo com critérios pedagógicos definidos pela Secretaria Municipal de Educação, contemplando materiais que atendem ao desenvolvimento cognitivo, psicomotor e socioemocional dos alunos. Cada lote apresenta composição específica, adequada à faixa etária e aos conteúdos curriculares trabalhados em cada etapa de ensino. Essa organização garante que os estudantes disponham de insumos compatíveis com suas necessidades educacionais e que os professores possam planejar e executar atividades com maior eficiência.

A solução contempla ainda a entrega dos kits completos, devidamente embalados e organizados por unidade escolar, facilitando a logística de distribuição e garantindo a integridade dos itens. Tal medida reduz o tempo necessário para a conferência e reorganização interna nas escolas, otimiza processos e assegura que o início do ano letivo transcorra com materiais disponíveis para todos os estudantes.

Para garantir economicidade e maior flexibilidade orçamentária, a contratação será realizada por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP), no qual os fornecedores ficam registrados por período determinado, permitindo que a

Administração realize aquisições conforme a necessidade real, sem obrigatoriedade de compra imediata da totalidade dos itens estimados. Esta solução proporciona maior racionalidade na gestão dos recursos públicos, evitando desperdícios e possibilitando atendimento de demandas emergentes, como reposições ou atendimento a novas matrículas ao longo do exercício.

A execução contratual envolverá etapas claras de planejamento, divulgação, julgamento, homologação e fiscalização, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021. Após a efetivação das contratações decorrentes do SRP, a Administração monitorará os prazos, verificará a conformidade dos materiais entregues e adotará medidas necessárias para assegurar a qualidade do objeto fornecido.

A solução também contribui para a promoção da equidade educacional, garantindo que todos os estudantes — especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade socioeconômica — tenham acesso aos mesmos materiais, reduzindo desigualdades e fortalecendo a inclusão escolar. Assim, a contratação dos kits de Material Escolar configura-se como medida estratégica para melhorar o desempenho acadêmico, apoiar o trabalho docente e promover a qualidade da educação pública municipal.

20 MAPEAMENTO DE RISCOS

O mapeamento de riscos tem como finalidade identificar, avaliar e propor medidas de mitigação para os principais eventos que possam impactar negativamente a contratação dos kits de Material Escolar. Essa etapa integra o planejamento previsto na Lei nº 14.133/2021, especialmente nos arts. 11, 18 e 169, garantindo maior segurança jurídica e operacional à execução do objeto.

A análise a seguir contempla riscos relacionados às fases de planejamento, licitação, contratação e entrega dos materiais, permitindo prever ações preventivas e corretivas que assegurem o cumprimento do objeto dentro dos padrões de qualidade e prazos estabelecidos.

20.1 – Riscos Identificados

a) Riscos de mercado

- Descontinuidade de itens escolares por parte dos fabricantes.
- Oscilação de preços devido à alta demanda sazonal.
- Redução de competitividade em determinados lotes.

b) Riscos operacionais

- Entrega parcial ou incompleta dos kits.
- Atrasos significativos na entrega, prejudicando o calendário escolar.
- Falhas na logística do fornecedor, comprometendo a distribuição nas unidades.
- Divergência entre o material entregue e as especificações técnicas do edital.

c) Riscos administrativos

- Elaboração inadequada das estimativas de quantidades, causando insuficiência ou excesso de materiais.
- Interrupção do processo licitatório por falhas documentais ou impugnações.
- Descontinuidade das atividades pedagógicas por ausência dos materiais.

d) Riscos financeiros

- Propostas inexecutáveis ou abaixo do preço de mercado.
- Empresa vencedora sem capacidade econômico-financeira para cumprir o contrato.

e) Riscos jurídicos

- Questionamentos administrativos ou judiciais sobre especificações técnicas, modalidade escolhida ou critérios de julgamento.
- Inadimplemento contratual sem garantias suficientes para cobertura de prejuízos.

20.2 – Avaliação dos Riscos

Cada risco foi avaliado quanto à probabilidade de ocorrência e ao impacto potencial sobre a contratação:

- Probabilidade baixa: Situação possível, mas pouco frequente.
- Probabilidade média: Possível e com histórico de ocorrência anterior.
- Probabilidade alta: Altamente provável, exigindo monitoramento constante.
- Impacto baixo: Não compromete a entrega global.
- Impacto médio: Exige medidas corretivas.
- Impacto alto: Compromete o objeto e pode gerar prejuízos significativos.

A análise detalhada consta na matriz a seguir.

20.3 – Matriz de Riscos (Resumo)

Risco Identificado	Probabilidade	Impacto	Medidas de Mitigação
Atraso na entrega dos kits	Média	Alta	Definir prazos rígidos; penalidades; exigir capacidade logística.
Entrega de itens divergentes	Média	Média	Exigir amostras; fiscalização rigorosa; conferência por lote.
Proposta inexecutável	Alta	Alta	Exigir documentos de capacidade; análise detalhada das propostas.
Falha na logística interna das escolas	Baixa	Média	Orientação às unidades; plano de distribuição

Risco Identificado	Probabilidade	Impacto	Medidas de Mitigação
			escalonado.
Descontinuidade de itens no mercado	Média	Média	Especificações abertas, sem marca; itens equivalentes.
Empresa vencedora sem capacidade financeira	Média	Alta	Exigir garantias; análise econômico-financeira.
Impugnações e recursos	Média	Baixa	Edital bem fundamentado; respostas técnicas consistentes.
Erros no quantitativo estimado	Baixa	Alta	Revisão das planilhas; conferência pelas escolas.

20.4 – Medidas de Mitigação

Para minimizar os riscos identificados, a Administração adotará as seguintes estratégias:

- Exigir amostras dos materiais antes da entrega definitiva.
- Definir cronograma de entrega escalonado e bem estruturado.
- Prever penalidades proporcionais por atrasos ou descumprimentos.
- Estabelecer requisitos mínimos de capacidade técnica e operacional.
- Monitorar o contrato por meio de fiscalização ativa, conforme art. 117 da Lei 14.133/2021.
- Priorizar descrição técnica por desempenho e qualidade, evitando marcas.
- Manter canal de comunicação para notificações imediatas de problemas.

- Reforçar a conferência dos quantitativos informados pelas unidades escolares.

20.5 – Conclusão do Mapeamento

O mapeamento de riscos demonstra que a contratação dos kits de Material Escolar é plenamente viável, desde que acompanhada de medidas preventivas e planos de contingência adequados. Com as ações propostas, os riscos são mitigáveis e compatíveis com a realidade operacional da Administração Pública, não havendo impedimento para a continuidade do processo licitatório.

21 DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Após a elaboração das análises técnicas, administrativas, financeiras e operacionais que compõem este Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação dos kits de Material Escolar é plenamente viável, adequada e necessária para o atendimento das demandas da Rede Municipal de Ensino. As informações levantadas comprovam a existência de mercado fornecedor com capacidade operacional, diversidade de produtos e condições favoráveis à competitividade, especialmente na modalidade Pregão Eletrônico para Registro de Preços, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.

A estimativa de quantidades, elaborada com base em levantamento detalhado junto às unidades escolares, demonstra coerência entre a necessidade pedagógica e as projeções de matrículas. O valor estimado da contratação está em conformidade com os preços praticados no mercado, tendo sido calculado por meio de metodologia adequada, o que assegura segurança orçamentária, economicidade e observância aos princípios da Administração Pública.

As exigências técnicas estabelecidas garantem qualidade mínima e compatibilidade dos materiais com o uso escolar, proporcionando padronização dos kits e melhor organização das rotinas pedagógicas. A adoção do SRP possibilita maior flexibilidade na gestão dos recursos públicos, permitindo contratações conforme demanda real, evitando desperdícios e reposições não planejadas.

Não foram identificados impedimentos jurídicos, ambientais ou administrativos que inviabilizem a contratação, tampouco contratações interdependentes que condicionem a execução do objeto. O mapeamento de riscos realizado aponta que os eventuais riscos existentes são mitigáveis mediante ações preventivas, fiscalização adequada, definição clara das especificações e estruturação de cronograma de entrega.

Assim, diante do exposto, esta contratação atende aos requisitos legais, técnicos e pedagógicos necessários para o fornecimento dos kits de Material Escolar, contribuindo diretamente para o fortalecimento das políticas públicas educacionais, a promoção da equidade e a melhoria da qualidade do ensino no Município de Paranaguá.

Desta forma, declara-se VIÁVEL a contratação objeto deste Estudo Técnico Preliminar, autorizando o prosseguimento das etapas subsequentes, especialmente a elaboração do Termo de Referência, a pesquisa de preços complementar (se necessária) e a instauração do procedimento licitatório correspondente.

22 DOS ANEXOS

ANEXO I – Planilha detalhada dos kits de Material Escolar

ANEXO II – Especificações técnicas por lote.